

“Generalizar o campo evangélico é um equívoco de análise”, “o campo evangélico não é um bloco monolítico”, “não pode generalizar, nem todos os evangélicos são iguais”, “generalizar os evangélicos não ajuda”, “não faz sentido generalizar os evangélicos”, “quando se insiste no discurso generalizador sobre todos evangélicos acabamos por endossar um discurso racista”, etc. Todos que argumentam contra as generalizações a respeito dos evangélicos brasileiros apresentam suas razões a partir de leituras e interpretações de alguns dados objetivos. Não cabe aqui ignorar toda a diversidade que há no meio evangélico brasileiro.

Os mais diversos grupos evangélicos brasileiros não constituem um bloco monolítico e os crentes evangélicos muitas vezes adotam posicionamentos distintos das lideranças de suas igrejas. Isto não está em questão. Mas será que é possível fazer algumas generalizações sobre todos os evangélicos brasileiros?, será que é possível apontar algumas características comuns que são encontradas em todos os grupos evangélicos brasileiros?, será que algumas generalizações podem ajudar as análises a respeito dos evangélicos brasileiros?, o que dizer do projeto de hegemonia religiosa dos líderes das grandes igrejas evangélicas?

Nesta tentativa arriscada de apontar para algumas características presentes na maior parte dos grupos evangélicos brasileiros, e seguindo também as análises de outros pesquisadores, pode-se mencionar: (i) a cultura pública evangélica, (ii) as formas sensoriais pentecostais, e (iii) as economias morais evangélicas. Algo que foi apontado no meu artigo *Economias morais evangélicas e governo Bolsonaro em tempos de pandemia*, recentemente publicado na revista Plura (da ABHR).

Com relação à emergência de uma cultura pública evangélica, ela pode ser ilustrada por alguns fatores: a presença evangélica nos meios de comunicação; as personalidades evangélicas que publicitam sua fé; os eventos públicos dos evangélicos; a música gospel que é muito difundida; a presença evangélica nas grandes cidades brasileiras, especialmente nas periferias; a presença crescente de exemplares da Bíblia em estabelecimentos públicos; a criação de praças e monumentos dedicados à Bíblia; a existência de placas e de decretos declarando que municípios pertencem a Jesus; a instituição do Dia do Evangélico em diversos municípios e estados brasileiros; entre outros. Dentro desta cultura pública evangélica, destaca-se a presença da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) através de suas diversas emissoras de rádio e de televisão, do jornal Folha Universal, das telenovelas bíblicas produzidas pela Rede Record, dos grandes lançamentos de livros e filmes, e de suas grandiosas catedrais.

As formas sensoriais pentecostais podem ser entendidas como modos autorizados de organizar e invocar o transcendental que moldam o conteúdo e as normas de diversos grupos evangélicos. Trata-se de considerar o papel central da estética, do corpo, das sensações e das emoções no meio evangélico. Estas formas sensoriais pentecostais encontram-se, por exemplo: nas músicas; no emocionalismo; nas danças; nas liturgias descontraídas; na linguagem coloquial e simples que denota simplicidade e autenticidade; no sentimento de pertencimento ao povo de Deus; nas lideranças carismáticas e persuasivas; na pregação da chamada confissão positiva ou da vida vitoriosa; na oferta de serviços mágicos, nas unções, nas orações com imposição de mãos e nas palavras proféticas; na sensação da presença de Deus e do Espírito Santo nos corpos; no combate aos poderes espirituais das trevas que podem atingir os corpos; nas marchas públicas; nas orações e nos cultos em espaços públicos; etc.

Essas formas sensoriais pentecostais contribuem para a conformação das chamadas economias morais evangélicas. Uma *economia moral* representa a produção, a circulação e a apropriação de valores morais e sentimentos em relação a uma determinada questão social. Neste sentido, pensando nos valores morais partilhados por diversos evangélicos, é mais apropriado falar em termos de *economias morais evangélicas* no plural: uma economia moral da liberdade religiosa, uma economia moral da família, uma economia moral da sexualidade, uma economia moral da educação, e assim por diante.

Engana-se quem pensa que essas economias morais evangélicas estão simplesmente determinadas pelo crescimento do neoconservadorismo no meio evangélico. Talvez o exemplo da economia moral da liberdade religiosa seja paradigmático. Nos últimos anos, é possível identificar algumas confluências e alianças entre os mais diversos grupos evangélicos brasileiros, que possuem as mais distintas posições políticas, em prol de uma determinada concepção de liberdade religiosa que beneficia os evangélicos, especialmente aqueles líderes evangélicos mais oportunistas e mais irresponsáveis.

A opção de enfatizar essas características comuns a diversos grupos evangélicos brasileiros permite que sejam identificadas as confluências e as alianças entre distintos grupos evangélicos que, por sua vez, beneficiam o projeto de hegemonia religiosa dos líderes das grandes igrejas evangélicas. Isto é algo que os evangélicos moderados e de linha política de esquerda muitas vezes não querem admitir.

As tentativas de generalização correm o risco de ocultar o papel desempenhado por diversos grupos evangélicos minoritários, sim. Mas, por outro lado, os discursos contrários a qualquer tipo de generalização muitas vezes vão no sentido da desresponsabilização, vão no sentido de ignorar a própria atuação, direta ou indireta, dos evangélicos moderados em prol dos líderes evangélicos mais oportunistas e mais irresponsáveis. É algo que não se pode ignorar quando busca-se mudanças efetivas no meio evangélico.

Referências:

Fiorotti, S. *Questões que os líderes evangélicos no Brasil precisam responder*. In: A Pátria, Funchal, 21 jul. 2020.

Fiorotti, S. *Lei paulista de liberdade religiosa beneficia evangélicos e não enfrenta a intolerância religiosa*. In: A Pátria, Funchal, 30 nov. 2020.

Fiorotti, S. *Economias morais evangélicas e governo Bolsonaro em tempos de pandemia*. In: Plura, Rev. de Estudos de Religião da ABHR, v. 12, n. 1, 2021, pp. 198-217.